

A linguística de Émile Benveniste: dos particulares às propriedades gerais e ao universal

*Émile Benveniste's linguistics: from particular aspects to
general properties and the universal*

Sara Luiza Hoff

Tradutora e pesquisadora independente

Porto Alegre | RS | Brasil

saraluzahoff@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7216-2576>

Resumo: Este artigo tem como objetivo pensar, por meio de uma pesquisa bibliográfica, sobre a reflexão linguística de Émile Benveniste, considerando especificamente a relação estabelecida entre as particularidades de cada língua, as características gerais que as unem e o universal da presença do homem na língua e na linguagem. A análise demonstra que a presença de diversas línguas nas teorizações de Benveniste indica que o linguista adota um raciocínio por amplitude, que defende o exame da maior quantidade possível de línguas para o estabelecimento de características comuns a elas, ou seja, propriedades gerais, enquanto, ao mesmo tempo, evidencia um universal linguístico-antropológico, relacionado ao exercício do discurso, à enunciação. Essas constatações indicam que a linguística benvenistiana compreende uma atenção conjunta ao universal, às propriedades gerais das línguas e aos sistemas linguísticos particulares.

Palavras-chave: Émile Benveniste; línguas; particular; geral; universal.

Abstract: This article aims to ponder, through bibliographical research, about the linguistic reflection by Émile Benveniste, specifically considering the relationship established between the particularities of each given language, the general characteristics that unite them, and the universal presence of man in the language system and in language. The analysis shows that the presence of several languages in Benveniste's theorizations indicates that the linguist adopts a broad-based reasoning, which deems that the examination of as many



languages is necessary to establish their shared characteristics, that is, general properties, while, at the same time, it highlights a linguistic-anthropological universal, related to the exercise of discourse, to enunciation. These findings indicate that Benveniste's linguistics comprises a joint attention to the universal, to the general properties of languages and to particular linguistic systems.

Keywords: Émile Benveniste; languages; particular; general; universal

1 Introdução

O linguista Émile Benveniste é notório, entre outros aspectos, pela amplitude e diversidade de sua obra e pelo uso disseminado de línguas em suas teorizações.

A primeira propriedade é evidenciada, de um ponto de vista numérico, por Mohammad Djafar Moïnfar, que, em sua catalogação dos textos benvenistianos publicados entre 1922 e 1974, constata que Benveniste “[...] nos deixou: 18 livros, quase 300 artigos e um número semelhante de resenhas recheadas de reflexão e frequentemente tão ricas quanto seus artigos”¹ (Moïnfar, 1992, p. 22, tradução minha). Essa perspectiva é substantiada pela natureza de sua obra, como atesta Flores (2017a, p. 50):

Benveniste é um autor que ultrapassa limites disciplinares. Sua vasta obra não pode ser reduzida a um campo específico da linguística, nem mesmo a um tema específico. Seus estudos tratam de inúmeros aspectos da linguagem (morfologia, sintaxe, léxico, enunciação etc.) e estão em relação com várias áreas do conhecimento (filosofia, antropologia, psicanálise, literatura, história etc.).

A atuação diversificada de Benveniste, no entanto, tem um ponto de convergência: o interesse pela linguagem. Como Flores, Galindez e Rosário (2019, p. 21) afirmam, ao visar “[...] uma teoria de conjunto da linguagem, do ‘grande problema da linguagem’, Benveniste acabou se envolvendo com questões que, em princípio, estariam fora da cogitação de linguistas, relacionadas à arte, filosofia, sociologia, psicanálise, literatura”.

Assim, é possível pensar que, apesar da abrangência da reflexão benvenistiana, dado o seu interesse principal, ela é, essencialmente, uma reflexão linguística. Desse modo, neste artigo, considero que as proposições de Benveniste ao longo de sua obra constituem um dado modo de pensamento e que esse modo de pensamento é norteado por questões relacionadas, de modo amplo, à teoria da linguagem.

Nesse sentido, é importante notar que, no Prefácio dos *Problemas de linguística geral* (PLG) – sua obra mais célebre –, Benveniste declara que reúne alguns de muitos estudos publicados previamente, afirmando que

¹ No original: “[...] nous a laissé: dix-huit livres, près de trois cents articles, et autant de comptes rendus pleins de réflexion et souvent aussi riches que ses articles.”

[s]e os apresentamos sob a denominação de *problemas* isso se deve ao fato de trazerem em conjunto, e cada um em particular, uma contribuição ao grande problema da linguagem, que se formula nos principais temas tratados: encaram-se as relações entre o biológico e o cultural, entre a subjetividade e a socialidade, entre o signo e o objeto, entre o símbolo e o pensamento, e também os problemas da análise intralinguística (Benveniste, 1995a, não paginado, grifo do autor).

Sob o risco de parecer reducionista, aqui, considero que é possível entender que a reunião de alguns artigos sob o título *Problemas de linguística geral* permite pensar que o conjunto das teorizações de Benveniste constituem uma teoria da linguagem, ou, caso se deseje fazer uma aproximação, em outros termos, uma linguística e, mais especificamente, uma linguística geral² – entendida, portanto, simplesmente como uma linguística que se preocupa com “[...] o grande problema da linguagem”.

Este artigo se baseia nessa perspectiva, examinando essa reflexão linguística do ângulo do emprego uso amplo de línguas. Esse fato é testemunhado, por exemplo, por ninguém menos do que Roland Barthes em sua resenha para o segundo volume dos *Problemas de linguística geral*, que recebe o título “Por que gosto de Benveniste”. No texto, Barthes (2012, p. 211, grifo do autor) destaca a atuação de Benveniste e a “[...] situação justa – mas hoje em dia rara, mal apreciada – do seu trabalho: é um linguista das línguas, e não apenas um linguista da linguagem”. A afirmação de Barthes é repetida por vários outros estudiosos de Benveniste e pode ser constatada até mesmo numericamente: um inventário recente indica que, ao longo de parte de sua obra,³ Benveniste menciona 470 línguas (cf. Hoff, 2023), o que, por si só, consiste em um indicativo de que elas desempenham um papel fundamental na reflexão do linguista.

Partindo dessa constatação, este artigo tem por objetivo pensar, por meio de pesquisa bibliográfica, sobre a relação estabelecida entre as particularidades de cada sistema linguístico, as características gerais que os unem e o universal da presença do homem na língua e na linguagem na teoria benvenistiana.

Para atingir o objetivo, o artigo se divide em duas seções. Na primeira – denominada “A amplitude da linguística benvenistiana” –, reflete-se sobre o objeto da ciência da linguagem e o modo de raciocínio adotado por Benveniste, com base em observação de Jean-Claude Milner (2021). A seção seguinte, por sua vez, tem como título “Os particulares, as propriedades gerais e o universal” e discute as particularidades específicas de cada língua, as características comuns – gerais – das línguas e a universalidade da presença do homem na língua e na linguagem. Por fim, traçam-se algumas considerações finais sobre como essas três noções comparecem na linguística benvenistiana.

² A discussão sobre o que é uma linguística geral, assim como a definição do que é a linguística geral para Benveniste, são questões amplas e ainda não plenamente definidas, que fogem do escopo pretendido por esse artigo, que busca pensar sobre como se organiza a teorização feita por Benveniste, considerando especialmente a presença das línguas em sua obra (conforme explicitado em seguida).

³ O corpus para o estabelecimento do inventário inclui 11 livros de Benveniste: *Origines de la formation des noms en indo-européen* (1973 [1935]), *Textes sogdiens : édités, traduits et commentés* (1940), *Vessantara Jātaka : texte sogdien, édité, traduit et commenté* (1946), *Noms d'agent et noms d'action en indo-européen* (1948), *Études sur la langue ossète* (1959), *Hittite et indo-européen. Études comparatives* (1962), *Problèmes de linguistique générale*, 1 (2006b [1966]), *Titres et noms propres en iranien ancien* (1966), *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*, 1 (1993 [1969]) e *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*, 2 (1980b [1969]), *Problèmes de linguistique générale*, 2 (1980a [1974]) e *Langues, cultures, religions* (2015).

2 A amplitude da linguística benvenistiana

Jean-Claude Milner, em *Introdução a uma ciência da linguagem*, discute a hipótese de que a linguística é uma ciência. Para isso, ele coloca sob exame o programa de pesquisa da gramática gerativa de Noam Chomsky, visto que, segundo ele, o autor “[...] dominou os estudos linguísticos de tal maneira que mesmo aqueles que nele não se inscreviam diretamente foram por ele afetados” (Milner, 2021, p. 17), além de ter mantido “[...] firmemente, como eixo de seu projeto, o cientificismo explícito e assumido [...]” (Milner, 2021, p. 18). Entre as questões que Milner coloca como pertinentes está a noção de objeto.

De acordo com Milner, uma dificuldade se impõe em relação a isso: “[...] se a linguística é uma ciência, é uma ciência de quê? Dito de outro modo, como ela denominará seu objeto?” (Milner, 2021, p. 46). A resposta para a questão, segundo o autor (2021, p. 46), não é meramente terminológica, “[...] porque é através das palavras que serão admitidas ou não que algo de um programa efetivo deverá ser assinalado”. Para o autor,

[...] quando se trata de palavras tão primitivas como *linguagem* ou *língua* podem ser para a linguística, podemos apenas dizer o seguinte: a linguística não pode deixar de encontrar as proposições resumidas por essas palavras, são elas que tocam pontos que são essenciais para ela, a ponto de ela não poder questioná-las sem ela própria se dissolver. Quaisquer que sejam essas proposições em si mesmas, elas funcionam, portanto, como irreduzíveis, são um limite mínimo que não se pode ultrapassar; sua significação funciona como fatos primitivos (Milner, 2021, p. 47, grifos do autor).

O primeiro fato que Milner examina é a linguagem. Inicialmente, o autor propõe que, sendo a “linguagem” entendida como a suposição de “[...] uma única coisa: que existam seres falantes” – o que ele denomina de *factum loquendi*⁴ –, ela deve ser, em vez de um objeto, um axioma, já que se trata de algo que a linguística não pode questionar. Então, “[...] a ciência linguística não problematiza as questões de existência, mas somente a questão das propriedades de objetos cuja existência é percebida como um dado” (Milner, 2021, p. 49). Há, no entanto, uma outra concepção possível de linguagem, que deriva do segundo ponto considerado por Milner: a existência das línguas.

Em relação a isso, ele afirma que

[d]izer que as realizações da linguagem são as línguas é supor, no mínimo, que o conjunto das produções languageiras mereça ser designado por um nome comum. É supor, além disso, que elas se distribuam, de maneira análoga aos reinos da natureza, em classes e subclasses, cada língua correspondendo, grosso modo, ao que, na natureza, chamamos de espécie. É supor, enfim, que se possa dizer o que é *uma* língua particular. É supor, em suma, (I) que seja possível distinguir uma língua de uma não língua e (II) que seja possível distinguir uma língua de outra. É preciso, para isso, que se possa raciocinar em termos de propriedades: dito de

⁴ Embora eu opte por apenas abordar o *factum loquendi* neste trabalho, é importante observar que há, segundo Milner (2021, p. 50-51), outros fatos que devem ser tomados como primitivos pela linguística: o *factum linguae*, referente ao fato de que o que é falado pelos seres humanos recebe o nome de língua, o *factum linguarum*, que diz respeito à existência de múltiplas línguas, e o *factum grammaticae*, que se relaciona à possibilidade de descrição das línguas em termos gramaticais.

outro modo, é preciso que se possa distinguir as propriedades de uma língua das propriedades de uma não língua, as propriedades de uma língua das propriedades de uma outra língua (Milner, 2021, p. 49-50, grifo do autor).

Milner considera ser mais difícil estabelecer a diferença entre as línguas do que entre o que é e o que não é língua. Segundo ele, “[d]e fato, sempre chega um ponto em que a resposta demandada se revela impossível, em que parece que, fora os dados massivos e grosseiros, não podemos determinar com segurança e precisão quando podemos afirmar que duas línguas são a mesma ou são diferentes [...]” (Milner, 2021, p. 52). Porém, “[...] para a ciência, o mais importante não é o que diferencia uma língua de outra; o principal são as propriedades que distinguem uma língua do que não é uma língua”, o que implica raciocinar em termos de propriedades definidoras (Milner, 2021, p. 53).

Nesse contexto, dois tipos de raciocínio são possíveis: em extensão, o que implica examinar exaustivamente todas as línguas particulares para depois listar as suas propriedades, ou em compreensão, que prevê que as propriedades possam ser estabelecidas sem um tal exame. Para Milner (2021, p. 54),

[...] contrariamente ao que se diz muitas vezes, é o ponto de vista da compreensão que é o mais natural: ninguém jamais supôs que seria preciso conhecer e enumerar todas as línguas para que se pudesse falar de maneira válida sobre elas. Além do mais, essa é uma tarefa impossível. Por um lado, por razões materiais: é certo que ainda não fizemos o inventário de todas as línguas conhecidas e cabe supor que novas línguas ainda serão descobertas. Mas, sobretudo, por razões de fundo: se é verdade que não dispomos de um procedimento seguro para distinguir ou não duas línguas, a noção de “todas as línguas”, tomada em extensão, fica certamente desprovida de significação. Uma proposição do tipo “todas as línguas são articuladas” não é menos abstrata que a proposição “todas as línguas são transformacionais”; tal como esta, aquela não está baseada em um exame exaustivo das línguas observadas.

Há, então, segundo Milner, um dilema a enfrentar: ou admite-se que não há como formular qualquer afirmação sobre o conjunto das línguas ou assume-se uma perspectiva mais razoável, que estabelece que “[...] as línguas não têm em comum senão um conjunto muito pobre de propriedades, as quais podemos entender como propriedades mínimas que permitem distinguir uma língua daquilo que não é uma língua” (Milner, 2021, p. 55). Para o autor, o conjunto dessas propriedades forma o segundo conceito de linguagem (a saber, a existência de línguas, conforme mencionado anteriormente), sendo que, nessa definição, a linguagem pode ser considerada um dos objetos da linguística:

Nós nos deparamos, portanto, com a seguinte situação: por um lado, definimos uma matriz de questionamentos, o que podemos chamar de um programa de pesquisa: enumerar as propriedades que distinguem uma língua do que não é uma língua. Pode-se imaginar, de antemão, várias possibilidades: que toda língua possua todas as propriedades ou somente algumas; que cada propriedade exista em todas as línguas (propriedades universais) ou somente em algumas línguas (propriedades gerais); que as propriedades estejam presentes em si mesmas ou que se condicionem (universais de implicação); que cada propriedade esteja presente somente nas línguas ou, ao contrário, que somente a combinação de pro-

priedades seja característica; etc. Todas essas questões podem ser resumidas da seguinte maneira: a linguagem seria um objeto? Ela teria propriedades exclusivas? Não podemos julgar de antemão as repostas, mas, pelo menos, o programa está relativamente bem definido (Milner, 2021, p. 56).

Desse modo, Milner entende que a linguística só pode ter como objeto a linguagem como o conjunto das propriedades definidoras de uma formação linguageira, que só podem ser definidas por meio do raciocínio por compreensão. A existência dos seres falantes – e, logo, da linguagem – não faz parte do horizonte das pesquisas senão como pressuposto.

Ao considerar a exposição do autor e fazer um deslocamento de suas ideias (elaboradas, como apontado anteriormente, tendo em vista um direcionamento específico à teoria desenvolvida por Chomsky), refletindo sobre as suas proposições e questionamentos em relação a um outro programa de pesquisa – no caso, a linguística benvenistiana – surgem duas questões.

A primeira diz respeito ao tipo de raciocínio adotado por Benveniste em sua linguística. Segundo Milner (2021, p. 54), o raciocínio por extensão é impossível de fato e ilícito de direito, o que tornaria o raciocínio por compreensão o único viável. Em relação a isso, parece importante reforçar que, ao se tomar a noção de raciocínio em extensão em sentido estrito, trata-se efetivamente de algo que, senão impossível, é muito provavelmente irrealizável, já que isso incluiria “[...] listar exaustivamente *todas* as línguas” (Milner, 2021, p. 54, grifo meu), o que implicaria não somente obstáculos relativos à dimensão da tarefa – visto que entende-se que há, atualmente, entre 7.000 e 8.000 línguas vivas, de acordo com Hammarström (2016) – como também questões basilares, já que a quantidade de línguas existentes é, em certa medida, indefinida e que as fronteiras entre as línguas nem sempre são bem delimitadas.

Por outro lado, também não parece possível considerar que o raciocínio benvenistiano seja por compreensão, ou seja, que ele ocorra “[...] mais em termos de propriedades do que em termos de classes [...]” (Milner, 2021, p. 54). Um primeiro ponto a considerar em relação a isso é que, na reflexão de Benveniste, tanto o pensamento em termos de classes quanto o pensamento em termos de propriedades entram em jogo, constantemente, nas análises linguísticas, que buscam não somente demonstrar os atributos e características das línguas e da linguagem, mas também classificar os fenômenos observados, fazendo uma apreciação das funções que as estruturas particulares de cada língua cumprem.

É importante também considerar a questão do ponto de vista das grandezas: Milner não determina se há uma quantidade mínima implicada no raciocínio em termos de compreensão – ele somente afirma não haver a necessidade de um exame de todas as línguas para que ele ocorra. Em função disso e dado o interesse de Milner no gerativismo chomskyano, é possível conjecturar que esse tipo de raciocínio pode ser adotado tomando apenas *uma* língua como base, já que Chomsky (1983, p. 65) defende que é possível “[...] propor um princípio geral da estrutura linguística fundado na observação de uma única língua”, justificando tal declaração com base na “[...] hipótese de que os seres humanos não estão especificamente adaptados para aprender tal língua humana e não uma outra, digamos, o inglês em lugar do japonês”. Nesse sentido, é importante ter em conta que, embora Benveniste não liste *todas* as línguas, o inventário mencionado anteriormente (cf. Introdução) deixa evidente que, na prática, Benveniste considera um grande número de línguas em suas análises.

Além disso, é importante considerar que, independentemente da inexequibilidade prática da tarefa de raciocinar em extensão, Benveniste (1995a, p. 6) afirma que “todos os tipos

de línguas adquirem direitos iguais de representar a linguagem”, o que pode ser entendido como uma indicação de que existe, de certa forma, uma oportunidade, ainda que teórica, da realização desse raciocínio. Em outros termos, a impossibilidade concreta de examinar todas as línguas não elimina a possibilidade abstrata de fazê-lo.

Assim, acredito ser necessário ultrapassar o binarismo sugerido por Milner, admitindo um terceiro modo de raciocínio, que contemple a observação de um número considerável – mas não totalitário – de línguas para a definição de propriedades da linguagem. Benveniste, nessa concepção, raciocina não inteiramente em termos de compreensão e nem inteiramente em termos de extensão, sendo possível entender que ele raciocina em termos do que poderíamos chamar de *amplitude*: há um movimento que prevê que “[...] o linguista tem necessidade de conhecer o maior número possível de línguas para definir a linguagem” (Benveniste, 2006a, p. 30), ou seja, para chegar às propriedades comuns às línguas e às teorias sobre a linguagem. Assim, fica implícito que, quanto mais amplas forem as análises, melhores serão os seus resultados. Tal percepção é confirmada pela quantidade de línguas mencionadas por Benveniste, bem como pelo modo como elas aparecem nas teorias benvenistianas, em que são utilizadas como ponto de partida e base de investigações e/ou como modo de ilustrar certas proposições teóricas e enriquecer a análise. Além disso, o próprio Benveniste (1948, p. 155, tradução minha, grifo meu) afirma a necessidade de amplidão, ao afirmar, em *Noms d’agent et noms d’action en indo européen*, que “somente uma verificação ampla poderá legitimar uma conclusão geral”.⁵

Sobrevém, dessa constatação, o segundo tema de debate surgido a partir da leitura das considerações de Milner, que diz respeito ao objeto da linguística. Para Benveniste (1995a, p. 20), “[...] a linguística tem duplo objeto: é ciência da linguagem e ciência das línguas”.

Em relação ao segundo objeto – as línguas –, não parece haver, para Milner, qualquer problema substancial além das dificuldades em relação às distinções entre o que é e o que não é uma formação linguageira e entre uma determinada formação linguageira e outra. Do mesmo modo, é possível observar, por meio da leitura dos textos de Benveniste, que as línguas se fazem presentes a todo momento na obra do linguista, sendo, então, efetivamente um objeto da sua linguística.

No entanto, parece ser necessário refletir mais detalhadamente em relação ao primeiro objeto – a linguagem.

Ao propor que há, em Benveniste, um raciocínio por amplitude, que prevê o exame da maior quantidade possível de línguas, possibilitando o estabelecimento de características comuns a elas, entendo que se admite, também, que a segunda concepção de linguagem de Milner – quando ela “[...] resume uma questão de propriedades” (Milner, 2021, p. 55) – se faz presente na linguística benvenistiana. Uma leitura do artigo “‘Ser’ e ‘ter’ nas suas funções linguísticas”, da quarta parte do PLG I, confirma esse posicionamento, já que, ao longo do texto, Benveniste examina estruturas de diferentes línguas,⁶ enfatizando as diferenças e semelhan-

⁵ No original: “Seule une vérification étendue pourra légitimer une conclusion générale.”

⁶ Nesse artigo, são citadas 54 línguas diferentes: indo-europeu, latim, sânscrito, avéstico, islandês antigo, grego, tocário, irlandês, russo, húngaro, aramaico, árabe, turco antigo, turco médio oriental, turco khwarezmiano, altai, baškir, osmanli, sogdiano, yagnabi, persa, pastó, osseto, latim tardio, irlandês atual, koutcheano, espanhol, siamês, cambojano, francês atual, francês, turco, mongol clássico, curdo, georgiano clássico, ewe, vai, kanuri, hitita, védico, grego homérico, antigo eslavo, gótico, tunica, armênio, egípcio antigo, latim arcaico, alemão, islandês, alto-alemão antigo literário, bávaro, alamanco, inglês antigo e eslavo macedônio. Dessas, só não

ças entre elas, investigando, com isso, o atributo da auxiliaridade, que pode ser entendido como uma propriedade de algumas línguas, podendo manifestar-se tanto no verbo “ser” quanto no verbo “ter”, dependendo da língua considerada, já que “[...] as mesmas relações podem tomar, conforme as línguas, expressões formais muito diferentes [...]”, ou seja, “[o]s tipos linguísticos podem diferir totalmente; certas relações fundamentais se realizam apesar disso para os mesmos processos formais, aparentemente em virtude de necessidades de estrutura” (Benveniste, 1995a, p. 220-221).

Não obstante essa admissão da linguagem em termos de propriedades entre os objetos da linguística benvenistiana, ainda é necessário refletir sobre outra questão: a primeira concepção de linguagem proposta por Milner, aquela que toma a linguagem como designação do que ele denomina *factum loquendi*, ou seja, como indicativo da existência de seres falantes, tem algum lugar na teoria de Benveniste? Como explicitado anteriormente nesta seção, para Milner, quando a linguagem é tomada nesse sentido, ela não pode ser admitida como objeto de uma ciência da linguagem, sendo somente um axioma. Nesse contexto, surge uma nova interrogação: há algum modo de conciliar a afirmação de Benveniste de que a linguística tem por objeto a linguagem e a primeira concepção de linguagem de Milner?

Na recensão que faz de *Introdução a uma ciência da linguagem*, Giorgio Agamben, ao considerar as intersecções entre a filosofia e a linguística, enfatiza a questão do objeto desses dois campos. Segundo Agamben, o *factum loquendi* cabe somente à filosofia:

[...] a filosofia se ocupa, pelo contrário, precisamente do *factum loquendi* que a ciência da linguagem deve limitar-se a pressupor. A filosofia é a tentativa de expor esse pressuposto, de tomar consciência do significado do fato que é falar. [...] a filosofia se ocupa, com efeito, da pura existência da linguagem, independentemente de suas propriedades reais (as propriedades transcendentais, com que o filósofo deve saber lidar, não ultrapassam o âmbito do existente puro), enquanto a linguística se ocupa da língua, na medida em que ela pode ser descrita em termos de propriedades reais, isto é, tem (ou melhor, é) uma gramática (Agamben, 2015, p. 57, grifos do autor).

No entanto, é importante considerar que a existência dos falantes não está ausente da linguística benvenistiana. Um trecho célebre de “Da subjetividade na linguagem” ilustra o alinhamento da concepção de linguagem de Benveniste com a perspectiva de Milner que aponta para a existência de falantes: “É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem” (Benveniste, 1995a, p. 285). Desse modo, não resta dúvida de que a primeira concepção milneriana de linguagem é parte da teorização de Benveniste. Como afirma Flores (2017b, p. 13, grifos do autor) esse é um fato manifesto: “[...] o axioma *o homem na linguagem* é o *factum loquendi* da teoria da linguagem de Benveniste. Isto é, um fato primitivo que afirma a pura existência da linguagem e dos seres falantes. Nessa perspectiva, a linguagem é uma propriedade constitutiva do *Homo loquens*”.

Ao admitir esse axioma, parece-me, no entanto, ser preciso levar em conta que há, sendo Benveniste especialmente conhecido por meio da chamada teoria da enunciação – na

são fornecidos exemplos em eslavo macedônio, em húngaro, em persa, em tunica e em russo (cf. Benveniste, 1995a, p. 204-227).

França, é a leitura “[...] permanentemente dominante, para muitos quase exclusiva” (Normand, 2009, p. 13); no Brasil, “[...] ninguém ignora que Benveniste é o ‘autor da enunciação’ por excelência” (Flores, 2017a, p. 53) e há uma “[...] constância das ideias desse linguista quando o discurso e a enunciação são o objeto de estudo”⁷ (Brait, 1994/1995, p. 208-209, tradução minha) –, uma reflexão que, embora não seja exatamente *sobre* esse axioma em si, deriva e se relaciona profundamente a ele. Assim, a formulação axiomática do *factum loquendi* origina, em Benveniste, teorizações. Em outros termos, Benveniste não somente toma a existência dos falantes como fato incontestável, transformando-a em uma premissa de sua linguística, mas também reflete sobre as consequências desse fato. A própria existência de uma “teoria enunciativa de Benveniste” – mesmo que atribuída, como aponta Flores (2013) – e de conceitos como “enunciação”, “locutor”, “pessoa” e “aparelho formal da enunciação” (entre outros associados ao *factum loquendi*) indica que esse axioma não é somente admitido tacitamente, mas também faz surgir corolários que se tornam objetos de estudo.

Desse modo, entendo que há, na linguística benvenistiana, senão “[...] uma coexistência do filosófico e do linguístico” (Flores, 2019, p. 32), ao menos uma forte contiguidade entre a linguagem como *factum loquendi* e o objeto da ciência linguística. Benveniste, retomando os termos de Agamben (2015), pressupõe a existência dos falantes e da linguagem, mas não se limita a somente pressupô-la. Ele também reflete sobre fatos intimamente associados a esse pressuposto e, por meio disso, de certa forma, o expõe, se aproximando, assim, de uma perspectiva filosófica. Nesse caso, parece, então, ser necessário ultrapassar a perspectiva que exclui qualquer possibilidade de participação, ainda que indireta, do *factum loquendi* entre os objetos da linguística benvenistiana.

Assim, quando se concebe a teoria da linguagem de Benveniste em sua amplitude, entendo ser possível considerar que ela tem, como objeto, como o próprio Benveniste afirma, as línguas – sistemas particulares que são o ponto de apoio, a base para os estudos do linguista – e a linguagem, havendo duas noções implicadas nesta última: uma relacionada às propriedades comuns a certas línguas, ou seja, propriedades gerais, e outra associada ao universal, que diz respeito aos corolários derivados da pressuposição do *factum loquendi*. A próxima seção explora esse ponto de vista.

3 Os particulares, as propriedades gerais e o universal

Ao prever o duplo objeto da linguística em “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” (PLG I), Benveniste aponta não somente para a prioridade das línguas na linguística, mas também identifica que é sempre a partir das línguas que se chega à linguagem:

Começemos por observar que a linguística tem duplo objeto: é a ciência da linguagem e a ciência das línguas. Essa distinção, que nem sempre se faz, é necessária: a linguagem, faculdade humana, característica universal e imutável do homem, **não é a mesma coisa que as línguas**, sempre particulares e variáveis, nas quais se realiza. É das línguas que se ocupa o linguista e a linguística é em primeiro lugar a teoria das línguas. Dentro da perspectiva em que nos aqui colocamos, veremos que essas vias diferentes se entrelaçam com frequência e finalmente se confun-

⁷ No original : “[...] la constance des idées de ce linguiste quand le discours et l’énonciation sont l’objet d’étude.”

dem, pois os problemas infinitamente diversos das línguas têm em comum o fato de que, a um certo grau de generalidade, **põem sempre em questão a linguagem** (Benveniste, 1995a, p. 20).

É interessante observar que, nessa citação, Benveniste associa as línguas – sempre particulares e, logo, diversas – a duas perspectivas distintas: por um lado, as línguas são a realização da *faculdade humana universal da linguagem* e, por outro lado, elas denotam *problemas gerais da linguagem*. Há, então, *três* noções em jogo na linguística benvenistiana: uma que se refere ao que é particular a cada língua, outra que diz respeito à generalização das características das línguas e uma relacionada a um traço universal antropológico. Nesta seção, cada uma dessas noções será mais bem examinada.

A ideia de algo particular – singular, individual, próprio – é associada por Benveniste às línguas empíricas, ou seja, essa noção diz respeito ao que Benveniste denomina, em “Estrutura da língua e estrutura da sociedade” (PLG II), de nível histórico da língua: “[...] existe a língua como idioma empírico, histórico, a língua chinesa, a língua francesa, a língua assíria [...]” (Benveniste, 2006a, p. 96). O linguista diz, por exemplo, em “Categorias de pensamento e categorias de língua” (PLG I), ser indiscutível o fato de que “[...] o pensamento adota em toda parte os mesmos meios em qualquer língua que escolha para descrever a experiência. Nesse sentido, torna-se independente, não da língua, mas das estruturas linguísticas particulares” (Benveniste, 1995a, p. 80) e declara, em “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” (PLG I) que, “de fato, a linguagem se realiza sempre dentro de uma *língua*, de uma estrutura linguística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular” (Benveniste, 1995a, p. 31, grifo do autor). A especificidade singular de cada língua é, por vezes, observada: “A doutrina helênica, porém, não faz senão transpor em conceitos a particularidade de um certo estado de língua” (Benveniste, 1995a, p. 183); “Estes caracteres [os caracteres formais da enunciação] **são**, uns necessários e permanentes, os outros incidentais e ligados à particularidade do idioma escolhido” (Benveniste, 2006a, p. 83).

Aquilo que é próprio e particular de cada sistema linguístico é, além disso, reiteradamente tomado, por Benveniste, como parte essencial de suas análises e reflexões. Em *O vocabulário das instituições indo-europeias*, por exemplo, ele afirma:

Assim, a cada vez, o que se deve considerar não é um termo isolado, e sim o conjunto das relações: foi assim que se condicionou a história de cada termo. Além da estrutura geral do parentesco indo-europeu, **cumprе reconhecer para cada língua, numa determinada época, uma estrutura particular que deve ser interpretada em seus próprios termos**. É partindo de *bhrātr vya-*, com seu sentido de “filho de irmão” dado pela tradição indiana, que podemos restaurar as condições da passagem para o sentido de “primo”, e depois de “rival”, que se efetua no sânscrito clássico. Mais do que qualquer outro conjunto lexical, os termos de parentesco nos obrigam a manter e a combinar os dois procedimentos de uma mesma exigência metodológica: a consideração estrutural do conjunto da nomenclatura **e a consideração dos níveis de cada língua** e de cada sociedade (Benveniste, 1995b, p. 263, itálico do autor, negritos meus).

Ao mesmo tempo em que há uma apreciação dos *particulaires*, ou seja, das línguas em si mesmas, também se faz presente, nas teorizações benvenistianas, a noção de *geral*, que diz respeito a algo que é compartilhado por um conjunto de línguas.

Em *Études sur la langue ossète*, por exemplo, Benveniste defende a necessidade de analisar a relação entre *čyā- e a forma osseta *cai-*, pois ela “[...] implica um problema de fonética histórica comum ao conjunto dos dialetos iranianos e que deve ser tratado em toda a sua generalidade”⁸ (Benveniste, 1959, p. 25, tradução minha, grifos do autor). Também em *O vocabulário das instituições indo-europeias*, ao analisar a ideia de fidelidade, associada, com frequência, ao carvalho, Benveniste (1995b, p. 106, grifos do autor) determina que “[...] o radical *dreu- com suas formas alternantes *drū-, *doru- designa apenas a ‘árvore’; assim o gótico *triu* traduz o grego *xúlon* ‘árvore, madeira’, e tal é o sentido na generalidade das línguas”.

No artigo “A linguagem e a experiência humana”, por sua vez, após determinar que “[...] o único tempo inerente à língua é o presente axial do discurso, e que este presente é implícito” (Benveniste, 2006a, p. 76), o linguista sírio-francês passa a analisar como diferentes sistemas organizam as formas verbais do passado e do futuro. Segundo Benveniste (2006a, p. 76), “constata-se que nas línguas dos mais variados tipos, nunca falta a forma do passado, e que muito frequentemente ela é dupla ou mesmo tripla”, enquanto, “ao contrário, muitas línguas não têm forma específica de futuro”, se servindo “[...] frequentemente do presente com algum advérbio ou partícula que indica um momento futuro”. Para sustentar a análise, o linguista apresenta exemplos em francês e chinuque. Para Benveniste (2006a, p. 77),

[e]ste contraste entre as formas do passado e as do futuro é instrutivo por sua própria generalidade no mundo das línguas. Há evidentemente uma diferença de natureza entre esta temporalidade retrospectiva, que pode assumir várias distâncias no passado de nossa experiência, e a temporalidade prospectiva, que não entra no campo de nossa experiência e que, para dizer a verdade, não se temporaliza senão enquanto previsão de experiência. A língua coloca aqui em relevo uma dissimetria que está na natureza desigual da experiência.

Assim, observa-se que as afinidades entre algumas línguas, ou seja, as propriedades gerais, não escapam ao horizonte de Benveniste; pelo contrário, em alguns casos, elas são até mesmo utilizadas como meio de comprovação de hipóteses e de consolidação de teorizações.

A observação dessas propriedades compartilhadas pode ser entendida como um modo de dar a ver, para além das particularidades empíricas, as características da “[...] língua enquanto sistema de formas significantes, condição primeira da comunicação” (Benveniste, 2006a, p. 96), ou seja, as propriedades gerais se relacionam ao nível fundamental da língua proposto em “Estrutura da língua e estrutura da sociedade” (PLG II). Desse modo, ao estabelecer traços comuns aos sistemas empíricos particulares, Benveniste acaba por evidenciar “[...] o sistema fundamental da língua” (Benveniste, 2006a, p. 96). Assim, é importante notar que há, para Benveniste, uma estreita associação entre os particulares de cada língua e as propriedades gerais de línguas – a alternância entre os (muitos) exames de certas línguas e de estruturas particulares e os traços comuns gerais, que unem várias línguas, são uma constante da reflexão benvenistiana.

⁸ No original: “Mais, a la différence de *čyāv-: oss. *caeu*- «aller», le rapport *čyā- : oss. *cai*- implique un problème de phonétique historique commun a l'ensemble des dialectes iraniens et qu'il faut traiter dans toute sa généralité”

O *Vocabulário das instituições indo-europeias* é especialmente instrutivo em relação a essas duas perspectivas. Já no seu prefácio, Benveniste denota a intenção de mobilizar as línguas particulares e o que lhes é comum: ele afirma que os dados com que lida “[s]ão específicos como termos de instituições, mas em línguas particulares [...]” e que analisa esses dados visando determinar a “[...] sua gênese e conexão indo-europeia” (Benveniste, 1995b, p. 9), ou seja, ele parte de línguas específicas, buscando ver o que eles podem dizer sobre uma perspectiva comum a elas. Isso segue sendo observado ao longo de toda a obra, como ocorre, por exemplo, no capítulo sobre “Empréstimo, tomada de empréstimo e dívida”:

O objetivo deste capítulo é mostrar como termos técnicos correlatos para “dívida”, “empréstimo”, “tomada de empréstimo” se constituíram *independentemente, em várias línguas* – iraniano, latim, gótico, grego –, por especificação e diferenciação de *termos mais gerais* ou pertencentes a uma outra ordem de representação. No entanto, além das *designações particulares* resultantes de evoluções próprias a cada língua, encontraremos, de um lado, *um termo de generalidade bastante grande* e, de outro lado, *um procedimento de formação comum* ao grupo das palavras concernentes a essas noções (Benveniste, 1995b, p. 179-180, grifos meus).

Nesse contexto, é interessante notar que, em *O vocabulário das instituições indo-europeias*, embora a análise se centre nas línguas indo-europeias, como indica o título da obra, Benveniste não se limita a observar unicamente o indo-europeu, citando, às vezes, línguas de outras famílias, como o mordve (família fino-ugriana), em “Uma oposição lexical a ser revista: *sus* e *porcus*” (Benveniste, 1995b, p. 32) e o aramaico (família semítica), em “A importância do conceito de paternidade” (Benveniste, 1995b, p. 207). O horizonte de observação dos particulares das línguas, então, é bastante amplo.

Nesse sentido, chama a atenção o capítulo dedicado ao “*Rex*”, em que Benveniste examina a raiz “**rēg-*”, se questionando se há alguma relação entre ela e a forma grega “*ὀρέγω*” (*orégō*). A aproximação das formas é pouco fundamentada e enfrenta um problema inicial, de natureza fonética: “Como a correspondência entre os radicais **reg-* do lat. *rego* e *reg-* do gr. *o-rég-ō* é evidente, justificar-se-á o- inicial do grego?” (Benveniste, 1995c, p. 11, grifos do autor). Essa é, segundo Benveniste, uma questão que remete à morfologia do próprio indo-europeu. Para Benveniste, é necessário considerar uma característica do grego, a existência de uma vogal protética a, e ou o, ocorrendo principalmente antes de *r*:

Sem poder aqui discutir detalhadamente **essa particularidade**, contentemo-nos em indicar que ela deriva de uma **condição linguística geral**. **As línguas do mundo não possuem necessariamente, nem juntas**, as líquidas *re* e *l*. Não é o caso de se julgar necessário distinguir essas duas líquidas, e **seria baldado procurá-las em todas as línguas**. Na verdade, encontra-se seja *r*, seja *l*, sejam as duas juntas, **dependendo das línguas**. Um contraste vívido é o do chinês que conhece *l*, mas não *r*, e do japonês que conhece *r*, mas não *l*. Em outros casos, *l* e *r* parecem existir materialmente na língua, mas nem por isso correspondem a dois fonemas distintos. Em francês, não se pode confundir *roi* e *loi*, pois *r* e *l* são dois fonemas diferentes, cada qual com sua realidade dentro do sistema fonológico. Mas existem línguas muito variadas que apresentam *r* ou *l* indistintamente (em polinésio, por exemplo), isto é, uma única líquida com modo de articulação variável (Benveniste, 1995c, p. 12, itálicos do autor, negritos meus).

Benveniste articula, em um único parágrafo, a noção de *particulares* (não só da língua grega, de onde parte a análise, mas do chinês, do japonês, do francês e do polinésio), uma ideia de uma situação *geral*, expressa pela constatação de que há grupos de línguas correspondentes às diferentes configurações possíveis das líquidas *r* e *l* (questão que, aliás, Benveniste já havia discutido anteriormente, em “Répartition des consonnes et phonologie du mot”, de 1939 (cf. Benveniste, 2015, p. 131-139), e, também, uma percepção de algo possivelmente *universal*, indicado pela menção a uma procura do fenômeno sob análise em *todas* as línguas do mundo.

Há, no entanto, dois pontos a observar em relação a esse universal aludido pela menção de *todas as línguas*.

O primeiro é específico à citação de *O vocabulário das instituições indo-europeias*: nela, Benveniste associa a busca de um universal em relação às líquidas *r* e *l* à inutilidade; trata-se de uma tarefa sem sentido, infrutífera, vã. A explicação para um tal posicionamento pode residir no fato de que já estava constatada a generalidade da matéria: há línguas que usam somente *r*, línguas que usam somente *l* e línguas em que as duas formas estão presentes. Estabelecida essa configuração de três diferentes categorias de uso das líquidas, torna-se impossível considerar que exista algo comum a todas as línguas, ou seja, definir alguma propriedade universal em torno da matéria.

O segundo aspecto a mencionar tem caráter mais global: a menção a “todas as línguas”, embora não muito comum, não é de todo ausente das teorizações de Benveniste. Porém, em alguns casos, esse sintagma ocorre acompanhado de algum qualificador restritivo, como quando o linguista fala em “[...] todas as línguas que possuem um verbo [...]” (Benveniste, 1995a, p. 247) ou em “[...] todas as línguas do grupo shoshone [...]” (Benveniste, 2006a, p. 112). Também há instâncias em que o sintagma ocorre isoladamente, mas parece se referir mais ao conjunto das línguas indo-europeias do que a todas as línguas do mundo: no primeiro volume de *O vocabulário das instituições indo-europeias*, por exemplo, Benveniste (1995b, p. 105) menciona que, “com efeito, se Osthoff está certo, o nome do carvalho deve ser indo-europeu comum; deve ter existido em todas as línguas, e com esse sentido”; já em *Hittite et indo-européen*, por exemplo, lê-se que, “nesse caso, seria altamente surpreendente se, o único entre todas as línguas, o eslavo tivesse preservado, em uma data relativamente tardia e em plena produtividade, um sufixo de uma constituição tão antiga”⁹ (Benveniste, 1962, p. 92, tradução minha). Pela própria natureza dessas obras, é mais provável que, nesses casos específicos, Benveniste esteja se referindo ao conjunto do indo-europeu.

Há, no entanto, três ocorrências do sintagma “todas as línguas” que merecem ser destacadas e mais bem analisadas. Duas delas são encontradas no texto “A linguagem e a experiência humana”:

Todas as línguas têm em comum certas categorias de expressão que parecem corresponder a um modelo constante. As formas que revestem estas categorias são registradas e inventariadas nas descrições, mas suas funções não aparecem claramente senão quando se as estuda no exercício da linguagem e na produção do discurso. São categorias elementares, independentes de toda determinação cultural e nas quais vemos a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem.

⁹ No original: “Dans ce cas, il serait hautement surprenant que, seul de toutes les langues, le slave eût conservé à une date relativement si tardive et en pleine productivité un suffixe de constitution si ancienne.”

Tentaremos aqui esclarecer duas categorias fundamentais do discurso, aliás necessariamente ligadas, a de pessoa e a de tempo (Benveniste, 2006a, p. 68, grifos meus).

Chega-se assim a esta constatação – surpreendente à primeira vista, mas profundamente de acordo com a natureza real da linguagem – de que o único tempo inerente à língua é o presente axial do discurso, e que este presente é implícito. Ele determina duas outras referências temporais; estas são necessariamente explicitadas em um significante e em retorno fazem aparecer o presente como uma linha de separação entre o que não é mais presente e o que vai sê-lo. Estas duas referências não se relacionam ao tempo, mas as [sic] visões sobre o tempo, projetadas para trás e para frente a partir do ponto presente. *Esta parece ser a experiência fundamental do tempo, de que todas as línguas dão testemunho a sua maneira.* Ela informa os sistemas temporais concretos e notadamente a organização formal dos diferentes sistemas verbais (Benveniste, 2006a, p. 76, grifos meus).

A terceira citação relevante ocorre em “A natureza dos pronomes”. Benveniste principia o texto afirmando que os pronomes são geralmente considerados, do ponto de vista formal e funcional, uma mesma classe, para então declarar que “[...] todas as línguas possuem pronomes e, em todas, eles se definem como referindo-se às mesmas categorias de expressão (pronomes pessoais, demonstrativos, etc.)” (Benveniste, 1995a, p. 277). Isso, segundo Benveniste, leva a uma constatação: “A universalidade dessas formas e dessas noções faz pensar que o problema dos pronomes é ao mesmo tempo um problema de linguagem e um problema de línguas, ou melhor, que só é um problema de línguas por ser, em primeiro lugar, um problema de linguagem” (Benveniste, 1995a, p. 277). É fundamental observar que Benveniste diz que vai tratar o problema do segundo ponto de vista, como fato de linguagem, precisamente “[...] para mostrar que os pronomes não constituem uma classe unitária, mas espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são signos”, sendo ou pertencentes “[...] à sintaxe da língua [...]” ou característicos das “[...] ‘instâncias do discurso’, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor” (Benveniste, 1995a, p. 277). Aqui, é importante observar que, como afirma Flores, é possível relativizar a expressão “pronomes”, que pode ser entendida não no sentido da tradição gramatical, como uma classe de palavras, mas sim como remetendo à “[...] posição que cada um é obrigado a ocupar na linguagem para ser falante” (Flores, 2019, p. 73).

Chama a atenção que, nos dois textos – “A linguagem e a experiência humana” e “A natureza dos pronomes” –, a menção a algo que ocorre em *todas as línguas* – portanto, *universal* – têm relação com o exercício do discurso, à enunciação. O universal, nesse caso, então, não diz respeito a uma equivalência formal entre as línguas, mas trata-se de uma correspondência funcional; em outros termos, ao citar os fatos observáveis em todas as línguas, Benveniste não se ocupa da existência de uma mesma estrutura, mas sim de diferentes meios de colocar a língua em uso. Assim, não são os pronomes em si que são universais, mas sim o fato de eles expressarem a categoria de pessoa, o que o próprio Benveniste afirma em “Estrutura das relações de pessoa no verbo”: “o verbo é, com o pronome, a única espécie de palavra submetida à categoria da pessoa” (Benveniste, 1995a, p. 247); não são as formas particulares de expressão do presente, do passado e/ou do futuro que são universais, mas sim a categoria do tempo; e a mesma lógica pode, evidentemente, ser aplicada à categoria de espaço. Como coloca Flores (2019, p. 76), “o conjunto formado pelas indicações de pessoa, espaço e tempo constitui uma

espécie de dispositivo, inerente a todas as línguas [...]. Trata-se de um sistema universal. Não se pode conceber uma língua que não o tenha”. Assim, as menções a todas as línguas nos textos observados remetem à “[...] universalidade da experiência humana na linguagem”, já que “não há língua que possa ser concebida como tal sem apresentar a possibilidade de que nela, em seu interior, o homem possa se singularizar” (Flores, 2013, p. 107-108).

Desse modo, há, para Benveniste, um universal¹⁰ de natureza linguístico-antropológica: a presença do homem na língua e na linguagem. Esse universal se relaciona com o “[...] colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (Benveniste, 2006a, p. 82). Não poderia ser diferente: sendo a enunciação o fato que dá origem ao falante e, logo, que permite a concretização do *factum loquendi* e, conseqüentemente, da linguagem como existência, ela é obrigatoriamente *universal*, isto é, ocorre em *todas* as línguas. É através da enunciação que as línguas efetivamente se manifestam, se concretizam e, portanto, podem ser observadas. Como determina Flores (2019, p. 66, grifo do autor),

[a] enunciação é a categoria que permite pensar o *Homo loquens* não mais somente como uma pressuposição existencial da linguagem, mas como o que dela emerge nas línguas, unificando-as – trata-se de uma propriedade humana – e, ao mesmo tempo, singularizando-as na manifestação linguageira de cada falante.

Assim, ainda segundo Flores (2019, 75), “a enunciação é a única categoria disponível aos falantes, caso se queira usar um termo mais usual, que preenche todas as condições para ser, simultaneamente, geral e específica, universal e particular, para ser de todas as línguas e de cada uma em particular, para ser de todos e de cada um”, sendo algo que “[...] está na linguagem e se mostra nas línguas, portanto, mostra nas línguas o lugar que nelas habita o homem”, ou seja, diz respeito, concomitantemente, ao linguístico e ao antropológico.

Em “Da subjetividade na linguagem”, Benveniste resume a questão ao propor que a subjetividade tem um fundamento linguístico. Ele se pergunta: “Terá de ser linguístico esse fundamento? Onde estão os títulos da linguagem para fundar a subjetividade?” (Benveniste, 1995a, p. 287). A resposta é categórica:

De fato, a linguagem corresponde a isso em todas as suas partes. É tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos se, construída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem. *Falamos realmente da linguagem e não apenas de línguas particulares. Os fatos das línguas particulares, que concordam, testemunham pela linguagem* (Benveniste, 1995a, p. 287, grifo meu).

Segundo Benveniste (1995a, p. 290), “a instalação da ‘subjetividade’ na linguagem cria na linguagem e, acreditamos, igualmente fora da linguagem, a categoria da pessoa” e, ao mesmo tempo, “tem além disso efeitos muito variados sobre a própria estrutura das lín-

¹⁰ A existência desse universal, note-se, não exclui a possibilidade de identificar outros universais nas teorizações benvenistianas – o que deve ser mais bem investigado e definido. Em “A frase nominal” (PLG I), por exemplo, Benveniste (1995a, p. 167) afirma que “[...] toda língua, seja qual for a sua estrutura, é capaz de produzir asserções finitas”; já em “A classificação das línguas” (PLG I), lê-se que “[...] cada língua tem para resolver um certo número de problemas, que se reduzem todos à questão central da ‘significação’” (Benveniste, 1995a, p. 125). Neste trabalho, no entanto, opto por realçar o universal linguístico-antropológico da presença do homem na língua e na linguagem.

guas, quer seja na organização das formas ou nas relações da significação”. Os fatos da única língua por ele apresentados no texto, o francês, servem “[...] para ilustrar alguns efeitos da mudança de perspectiva que a ‘subjatividade’ pode introduzir”, sendo que “é menos importante delimitar [as particularidades assinaladas] do que fazê-las ver” (Benveniste, 1995a, p. 290). Assim, como aponta Flores (2020, p. 588), “[...] a subjatividade é inerente – no sentido de ser constitutiva – à linguagem, e as línguas não fazem mais do que ‘testemunhar’ isso através de categorias linguísticas”.

Ao considerar o que, para Benveniste, é geral e o que é universal, é importante, ainda, observar uma questão terminológica. É notório o fato de que as teorizações de Benveniste apresentam flutuações terminológicas, ou seja, nos termos de Flores (2013, p. 34), “[é] fácil encontrar, nessa teoria, termos que, apesar de idênticos do ponto de vista da expressão, são completamente distintos quanto a seu significado (uso homonímico)”, “[...] termos com expressões diferentes, mas que têm o mesmo conceito (uso sinonímico)” e “[...] termos que adquirem nuances de sentido em diferentes momentos de reflexão do autor (uso polissêmico)”. Em meu ponto de vista, nos empregos que Benveniste faz dos termos “geral” e “universal”, esses três tipos de uso estão, de alguma forma, implicados.

No Prefácio do primeiro volume dos *Problemas de linguística geral*, Benveniste caracteriza a quarta parte da obra, dedicada às “Funções sintáticas”, afirmando que, nela, “[...] procuram-se [...] as constantes sintáticas através de tipos linguísticos muito variados, e se apresentam modelos específicos de certos tipos de frases que se reconhecem como *universais*: frase nominal, frase relativa” (Benveniste, 1995a, não paginado, grifo meu).

No entanto, o título do capítulo 17, integrante dessa quarta parte do PLG I, é “A frase relativa, problema de sintaxe *geral*” (Benveniste, 1995a, p. 228, grifo meu). É fundamental, aqui, observar que Benveniste principia esse texto minimizando a possibilidade de comparações de expressões formais entre as línguas e afirmando que as línguas apresentadas no texto “[...] *não representam de maneira nenhuma um conjunto unitário e certamente não são a totalidade das línguas que se poderiam utilizar*” (Benveniste, 1995a, p. 229).

A frase nominal, por sua vez, também é qualificada por adjetivos diferentes em momentos distintos. É universal, segundo o Prefácio do PLG I (mencionado anteriormente). Já no texto dedicado inteiramente a ela, também do PLG I, “A frase nominal”, de 1950, lê-se que

[e]sse tipo de frase não se limita a uma família ou a certas famílias de línguas. [...] A frase nominal encontra-se não apenas em indo-europeu, semítico, ugro-fínico, banto mas ainda nas línguas mais diversas: sumeriana, egípcia, caucasiana, altaica, dravídica, indonésia, siberiana, ameríndia, etc. É, inclusive, *tão geral* que, para medir-lhe estatística ou geograficamente a extensão, seria melhor enumerar *as línguas flexionais que não a conhecem* (como as línguas indo-europeias de hoje) do que enumerar aquelas em que aparece. Não saberíamos como descrevê-la de igual maneira em toda parte. Comporta modalidades que seria necessário distinguir. Permanece o fato de que as estruturas linguísticas mais variadas admitem ou exigem que, em certas condições, um predicado verbal não seja expresso ou que um predicado nominal seja suficiente. A que necessidade, então, estará ligada a frase nominal para que tantas línguas diferentes a produzam paralelamente [...]? (Benveniste, 1995a, p. 163-164, grifos meus).

Por outro lado, em “‘Ser’ e ‘ter’ as suas funções linguísticas” (PLG I), Benveniste (1995a, p. 204, grifos meus) classifica esse tipo de frase de modo diferente: “O fato de que exista uma ‘frase

nominal', caracterizada pela ausência do verbo, e de que seja *um fenômeno universal* parece contraditório com *o fato, também muito geral*, de que tenha por equivalente uma frase de verbo 'ser'."

Entendo que há dois aspectos que devem ser considerados em relação a essas citações. O primeiro é que o próprio Benveniste nega, nos trechos citados mesmo, a universalidade das estruturas sobre as quais discorre, manifestando expressamente que elas só ocorrem em alguns casos, que elas têm equivalentes formais diferentes ou que elas não são observadas na totalidade das línguas.

Para além desse reconhecimento intratextual, parece ser importante apreciar também uma questão conceitual: considerando que Benveniste determina, como mencionado anteriormente (cf. seção 2), que é necessário examinar o maior número possível de línguas e que, além disso, ele insiste com frequência que "[a]s distinções que cada língua manifesta devem ser relacionadas com a lógica particular que as sustenta e não submetidas de imediato a uma avaliação universal" (Benveniste, 1995a, p. 89) e que "um estudo [...] de todo fato linguístico deve começar por uma definição da sua diferença" (Benveniste, 1995a, p. 181), uma alegação da universalidade de uma dada forma ou estrutura, por Benveniste, seria, de certa forma, contraditória. Em outros termos, parece haver, na postura de pesquisa adotada por Benveniste, um exercício de cautela em relação aos fatos observados, o que não condiz com a universalização de uma determinada particularidade linguística. Nesse cenário, parece fazer mais sentido que os fenômenos de língua sejam classificados como *gerais* – isto é, comuns a algumas e até mesmo à maioria das línguas – em vez de *universais*, se referindo à totalidade das realidades linguísticas. Quando o que está em questão são as características das línguas, então, há sempre um movimento de *generalização*, já que, dada a diversidade das línguas, sempre há a possibilidade de encontrar uma língua que não obedeça a um dado padrão.

Ainda nesse contexto, é importante observar que a enunciação – que é, como afirma Flores (2019, p. 74, grifo do autor), uma condição fundamental, já que "não há língua no mundo que se configure como tal sem o aparato da enunciação", não podendo ser, portanto, senão *universal* –, é caracterizada por Benveniste, em "O aparelho formal da enunciação" (PLG II) – texto que justamente representa, segundo Flores (2013, p. 161), "[...] um momento-síntese da obra enunciativa de Benveniste" – como um fenômeno *geral*. Ao mencionar o primeiro dos diversos aspectos sob o qual o processo da enunciação pode ser estudado, Benveniste afirma que

[o] mais imediatamente perceptível e o mais direto – embora de um modo geral não seja visto em relação ao *fenômeno geral da enunciação* – é a realização vocal da língua. Os sons emitidos e percebidos, quer sejam estudados no quadro de um idioma particular ou nas suas manifestações gerais, como processo de aquisição, de difusão, de alteração – são outras tantas ramificações da fonética – procedem sempre de atos individuais, que o linguista surpreende sempre que possível em uma produção nativa, no interior da fala (Benveniste, 2006a, p. 82, grifo meu).

Assim, é preciso atentar para o fato de que Benveniste não parece aplicar muito ou nenhum rigor ao uso dos termos "geral" e "universal", sendo, assim, necessário avaliar as definições possíveis para eles. Como espero ter demonstrado anteriormente, na leitura que eu faço da teoria benvenistiana como um todo, entendo que é geral aquilo que se refere às propriedades que são comuns a um dado grupo de línguas – cuja extensão pode variar, mas não se refere à totalidade das línguas –, enquanto tudo aquilo que se relaciona ao fato de que o homem está na língua e a utiliza para falar é universal.

4 Considerações finais: Dos particulares às propriedades gerais e ao universal

Tendo em vista o exposto na seção anterior, é essencial salientar que os conceitos de *geral* e *universal* devem ser percebidos como sendo somente distintos – em vez de opostos. Ambos aparecem na teoria benvenistiana, juntamente com a noção de *particular* de cada língua, isto é, as *três* perspectivas são examinadas e estudadas em conjunto.

Benveniste, no Prefácio do PLG I, dá indicações disso ao determinar que “[...] a reflexão sobre a linguagem só produz frutos quando se apoia, primeiro, sobre as línguas reais. O estudo desses organismos empíricos, históricos, que são as línguas permanece o único acesso possível à compreensão dos mecanismos gerais e do funcionamento da linguagem” (Benveniste, 1995a, não paginado). Há, assim, um movimento que parte do *nível histórico* da língua, ou seja, dos dados particulares das línguas, sempre realizações únicas e específicas, que servem como testemunhas daquilo que as une, daquilo que compartilham, que lhes é comum, ou seja, permitem chegar às propriedades gerais, que determinam a língua no *nível fundamental*. A partir dessas observações, também se torna possível entender a linguagem como realidade *linguístico-antropológica*, a “faculdade de simbolizar inerente à condição humana” (Flores; Barbisan; Finatto; Teixeira, 2009, p. 152), que é, portanto, universal, inerente a todos os seres humanos e manifesta em todas as línguas.

Assim, entende-se que a linguística benvenistiana – que, como o próprio Benveniste define, tem por objeto as línguas e a linguagem – inclui tanto a consideração sobre os traços singulares das línguas particulares quanto a apreciação da linguagem de dois pontos de vista distintos: como *faculdade humana universal* e como *problemas gerais das línguas*. É somente a partir da consideração do que é particular, daquilo que é encontrado nas línguas (tomadas em sua diversidade e na maior amplitude possível) – o primeiro objeto de consideração –, que ao linguista será facultado conhecer, melhor entender e definir o outro objeto de seu interesse, a linguagem, considerada tanto do ponto de vista geral dos “[...] problemas infinitamente diversos [que as] línguas têm em comum [...]” quanto como “faculdade humana, característica universal e imutável do homem [...]” (Benveniste, 1995a, p. 20).

Fica evidente, portanto, que a teoria da linguagem de Benveniste compreende tanto a consideração de um universal linguístico-antropológico da presença do homem na língua e na linguagem, que se mostra nas línguas por meio da enunciação, quanto as propriedades linguísticas comuns descobertas através de um movimento de generalização, o que aponta para a língua no seu nível fundamental. Ambas as perspectivas dependem fundamentalmente das línguas empíricas – no nível histórico –, já que é nelas que a linguagem se realiza através da enunciação e também é nelas que se observam as particularidades que conduzem às propriedades gerais, colocando, novamente, a linguagem em questão. Portanto, a teorização benvenistiana decorre da atenção conjunta ao universal, às propriedades gerais das línguas e aos sistemas linguísticos particulares.

Referências

- AGAMBEN, G. *A potência do pensamento: ensaios e conferências*. Tradução: Antônio Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- BARTHES, R. Por que gosto de Benveniste. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. 3. ed. Tradução: Mario Laranjeira. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. p. 207-213.
- BENVENISTE, É. *Études sur la langue ossète*. Paris: Klincksieck, 1959.
- BENVENISTE, É. *Hittite et indo-européen - Études comparatives*. Paris: Adrien Maisonneuve, 1962.
- BENVENISTE, É. *Langues, cultures, religions*. Limoges: Lambert-Lucas, 2015.
- BENVENISTE, É. *Le vocabulaire des institutions indo-européennes - 2. Pouvoir, droit, religion*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980b [1969].
- BENVENISTE, É. *Le vocabulaire des institutions indo-européennes - 1. Economie, parenté, société*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1993 [1969].
- BENVENISTE, É. *Noms d'agent et noms d'action en indo-européen*. Paris: Adrien-Maisonneuve, 1948.
- BENVENISTE, É. *O vocabulário das instituições indo-europeias: vol. I - Economia, parentesco, sociedade*. Tradução: Denise Bottmann. Campinas: Pontes, 1995b.
- BENVENISTE, É. *O vocabulário das instituições indo-europeias: vol. II - Poder, direito, religião*. Tradução: Denise Bottmann e Eleonora Bottmann. Campinas: Pontes, 1995c.
- BENVENISTE, É. *Origines de la formation des noms en indo-européen*. 4eme tirage. Paris: Adrien-Maisonneuve, 1973 [1935].
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Tradução: Maria da Gloria Novak e Maria Luisa Neri. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1995a.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. Tradução: Eduardo Guimarães et al. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006a.
- BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale, 1*. Paris: Éditions Gallimard, 2006b [1966].
- BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale, 2*. Paris: Éditions Gallimard, 1980a [1974].
- BENVENISTE, É. *Textes sogdiens*. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1940.
- BENVENISTE, É. *Vessantara Jātaka : texte sogdien édité, traduit et commenté*. Paris: Librairie Orientaliste, 1946.
- BENVENISTE, *Titres et noms propres en iranien ancien*. Paris: C. Klincksieck, 1966.
- BRAIT, B. La réception d'Émile Benveniste au Brésil: quelques aspects. *Língua e literatura*, São Paulo, n. 21, p. 199-215, 1994/1995. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/linguaeliteratura/article/view/114558/112389>>. Acesso em: 15 out. 2019.
- CHOMSKY, N. A propósito das estruturas cognitivas e de seu desenvolvimento: uma resposta a Piaget. In: PIATTELLI-PALMARINI, M. *Teorias da linguagem, teorias da aprendizagem: o debate entre Jean*

Piaget & Noam Chomsky. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix; Ed. da Universidade de São Paulo, 1983. p. 50-73.

FLORES, V. N. Atualidade de Benveniste no Brasil: os aspectos antropológicos de uma teoria da enunciação. *Desenredo* - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, v. 13, n. 1, p. 9-18, 2017b. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/6828>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

FLORES, V. N. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, V. N. O universal e o particular na linguística geral de Benveniste. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 23, n. 3, p. 583-593, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/17787>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

FLORES, V. N. *Problemas gerais de linguística*. Petrópolis: Vozes, 2019.

FLORES, V. N. *Saussure e Benveniste no Brasil*: Quatro aulas na École Normale Supérieure. São Paulo: Parábola Editorial, 2017a.

FLORES, V. N.; BARBISAN, L. B.; FINATTO, M. J. B.; TEIXEIRA, M. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

FLORES, V. N.; GALINDEZ, V.; ROSÁRIO, H. M. Apresentação. In: FENOGLIO, I. *Émile Benveniste: a gênese de um pensamento*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2019. p. 19-23.

HAMMARSTRÖM, H. Linguistic diversity and language evolution. *Journal of Language Evolution*, Oxford, v. 1, n. 1, p. 19-29, fev. 2016.

HOFF, S. L. “*Mas guardemos isso: não há língua má*”: as línguas na teoria da linguagem de Benveniste. 2023. 287 p. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/259626>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MILNER, J.-C. *Introdução a uma ciência da linguagem*. Tradução: Daniel Costa da Silva, Gabriel de Ávila Othero, Heloisa Monteiro Rosário e Valdir do Nascimento Flores. Petrópolis: Vozes, 2021.

MOÏNFAR, M. Dr. Bibliographie des Travaux d'Émile Benveniste. In: BADER, Françoise *et al.* *Mélanges linguistiques offerts à Émile Benveniste*. Paris: Société de Linguistique de Paris; Louvain: Peeters, 1975. p. VI-LII.

NORMAND, C. Leituras de Benveniste: algumas variantes sobre um itinerário demarcado. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 12-19, jan.-mar. 2009. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/download/5647/4115/>>. Acesso em: 24 jun. 2022.